

Dívida: decisão mais bem compreendida no exterior

O modesto superávit comercial de US\$ 261 milhões obtido em fevereiro, 58,4% inferior ao do mesmo mês do ano passado (US\$ 628 milhões), reacende a discussão sobre a questão da dívida externa porque esse resultado, aparentemente, põe em risco até o alcance da meta reduzida de US\$ 8 bilhões para este ano. De fato, tendo o saldo da balança comercial atingido apenas US\$ 390 milhões no primeiro bimestre, isto é, menos de US\$ 200 milhões por mês, o alcance da meta pressupõe a quase quadruplicação dos superávits no restante do ano, tarefa difícil sem uma sensível desaceleração do consumo interno.

Mas muito pior seria a situação se, em lugar de US\$ 8 bilhões, o País se tivesse proposto um saldo da ordem de US\$ 12 bilhões, como fez em 1985. Nesse caso, os superávits mensais exigidos para o restante do ano seriam de US\$ 1 bilhão, cinco vezes a média do primeiro bimestre.

Diante desse estrangulamento do mercado interno, imposto pelo serviço da dívida, é que o governo

brasileiro optou por uma política de resistência às regras ditadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que com sua ortodoxia, verdade seja dita, atendeu até aqui muito mais aos interesses da comunidade financeira do que aos dos países devedores. A decisão de suspender o pagamento dos juros aos bancos privados foi, portanto, consequência de uma opção política, embora a oportunidade da medida fosse determinada por um critério técnico, o nível das reservas cambiais.

A opção original por uma política econômica não recessiva é um dado costumeiramente omitido nas críticas formuladas à interrupção do pagamento de juros, quando essa é a questão, a nosso ver, verdadeiramente relevante. Por isso, consideramos ser um desdobramento lógico da estratégia de renegociação a tentativa atual do governo de politizar o tema da dívida, ampliando o foro de discussões para além do âmbito restrito do comitê de bancos e do monitoramento do FMI.

Felizmente, a julgar por informações divulgadas ultimamente, a visão curta acerca do problema da dívida parece estar sendo cultivada mais dentro do País do que fora dele. Desde o anúncio da suspensão do pagamento de juros, não têm faltado manifestações de apoio ou de compreensão à decisão brasileira, e não só por parte dos governos de países devedores.

A necessidade de uma profunda mudança no tratamento da dívida foi uma tese amplamente acolhida, por exemplo, no seminário realizado anteontem, em Boston, pelo Departamento de Economia do Massachusetts Institute of Technology (MIT). Com a presença de representantes do governo norte-americano, executivos de bancos e cerca de duzentos economistas — entre os quais, gente de renome como os prêmios Nobel Paul Samuelson e Franco Modigliani, além dos brasileiros Mário Henrique Simonsen, Péricio Arida e André Lara Rezende —, o encontro revelou um forte consenso sobre o esgotamento das atuais regras pa-

ra o pagamento da dívida, segundo o relato de nosso correspondente Paulo Sotero.

Os bancos, evidentemente, sempre se mostraram refratários à tese da mudança nessas regras, pois seus dirigentes, afinal, são pagos para zelar pelos interesses dos acionistas. Mesmo os bancos, contudo, deverão admitir que a dívida de mais de US\$ 900 bilhões assumida pelo conjunto dos países em desenvolvimento se tornou impagável, assim como seus juros, a menos que se inverta a direção tomada pelo fluxo de capitais nos últimos anos. Apenas em 1985, segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a América Latina sofreu uma sangria de US\$ 30 bilhões com o pagamento dos juros da dívida. Em tais condições, o atraso econômico dos devedores só pode perpetuar-se, tornando ainda mais remota a possibilidade de um dia saldarem seus débitos para com a comunidade financeira internacional.